

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR



Foto: Jornal O Futuro.

2025: ANO EM QUE A 6X1 SERÁ DERROTADA

A audiência pública histórica realizada na Câmara dos Deputados em dezembro debateu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada semanal de trabalho no Brasil. Convocada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e organizada pela Comissão de Direitos Humanos, a audiência

contou com a participação de sindicalistas, militantes e parlamentares. Não só pela relevância das recentes mobilizações contra a escala 6x1 em todo o país, o evento também é importante por trazer luz à organização de trabalhadores que estão mobilizados pela garantia de avanços locais, como o caso dos trabalhadores da PepsiCo em São

Paulo. Apesar desses avanços ocasionados pela pressão local, é preciso apontar para a nacionalização das conquistas, fazendo o enfrentamento dos argumentos econômicos da direita.

A luta pela redução da jornada é a continuidade de uma batalha histórica dos trabalhadores por condições dignas de trabalho. No Brasil, a escala 6x1 simboliza

a superexploração da força de trabalho e demonstra uma jornada exaustiva que impossibilita trabalhadoras e trabalhadores de terem acesso a um descanso semanal digno, com tempo para tarefas básicas e essenciais, como lazer, cuidado com a saúde e estudo. O debate da audiência pública evidencia o potencial de mobilização trazido pela

pauta e elenca os principais desafios para superar as resistências patronais no Congresso. Entretanto, é necessário elevar a consciência da classe trabalhadora e apontar que a luta pela redução da jornada de trabalho não se limita à aprovação da PEC, avançando o caminho para pautar transformações ainda maiores. **pág. 6**

Salário mínimo e inflação no Brasil: a conta que não fecha

O pacote neoliberal de ajuste fiscal do Governo Lula-Alckmin, apresentado ao Congresso Nacional, versa sobre salário mínimo, Benefício de Prestação Continuada, abono salarial e super-salários, deixando as promessas de isenção de imposto de renda e mudanças de privilégios dos militares presentes no

pronunciamento feito pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para um futuro incerto.

Mais de 60% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos e mais da metade dessa renda é destinada à alimentação, que continua aumentando acima da inflação. O Brasil

tem hoje um dos menores salários mínimos da América Latina, e esse ataque à valorização do salário mínimo ameaça agravar a fome, reduzir o consumo popular e o poder de compra do brasileiro, encolher o mercado interno e impactar negativamente na geração de empregos. **pág. 7**



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Mortes por intervenção policial são apontadas como segunda maior causa de mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil

pág. 12

ATAQUE À EDUCAÇÃO: Haddad e Tebet congelam recursos federais: educação é a mais afetada. **pág 4**

SOLIDARIEDADE AO POVO SÍRIO: Sobre os recentes acontecimentos da Síria: toda solidariedade ao povo e aos trabalhadores sírios. **pág 8**

BRICS: Após reunião em Kazan, BRICS se expande para disputar posições na cadeira imperialista. **pág 9**

PREÇO DOS ALIMENTOS: Alimentação mais cara prejudica trabalhadores e escancara problemas do agronegócio. **pág 11**

Editorial

2025: Como derrotar a escala 6x1 e reduzir a jornada de trabalho?

2024 foi um ano de lutas importantes da classe trabalhadora. Bancários, trabalhadores do IBAMA e do ICMBIO, professores e técnicos federais, operários da PepsiCo, funcionários do INSS e outras várias categorias buscaram construir seus polos de luta no cenário devastador em que vivemos. É um cenário devastador porque, entre outras coisas, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo federal, dentro do conjunto de medidas de um pacote fiscal de cortes de orçamentos importantes. Um dos elementos mais terríveis é a restrição ao abono salarial, que foi aprovada exatamente para restringir cada vez mais os trabalhadores que recebem esse complemento. Além disso, as mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) devem impactar diretamente o orçamento e aumentar a precarização da educação básica.

Mas é impossível falar do ano de 2024 – e projetar as lutas que teremos em 2025 – sem falar da luta pelo fim da escala 6x1. O impulso que uma série de categorias de trabalho extremamente precário deu à luta de classes no país é imenso e teve respaldo na PEC apresentada pela deputada Érika Hilton. Está óbvio para todos que uma PEC que reduz a jornada semanal em quantidade de horas e de dias (uma conquista que os trabalhadores não têm desde a Constituição de 1988) será um grande impulso para os trabalhadores em geral: aumentam as vagas de trabalho, diminui o medo do desemprego, a classe como um todo se fortalece e a burguesia como um todo terá de arcar com uma hora de trabalho média mais valorizada.

A jornada por essa luta está apenas começando e não será uma jornada fácil. Os operários da PEPSICO em São Paulo conseguiram a redução dos dias – mas com compensação de horas. É sinal de que a luta direta contra os patrões é o caminho, mas se essa luta for fragmentada, pode nos levar a falsas vitórias. Até o retorno do calendário legislativo, em fevereiro, a pressão deve aumentar: manifestações, plenárias, organização, disputas dentro e fora dos sindicatos devem ser o nosso arroz com feijão.

A questão que fica é: conseguiremos fazer de 2025 o ano em que derrotaremos a escala 6x1 e conquistaremos a escala 4x3 com jornada semanal máxima de 30h?

É totalmente possível. Mas para isso, é preciso aumentar a mobilização e a organização. Os atos de 15 de novembro e de 20 de dezembro foram importantíssimos, mas ainda não chegaram às grandes manifestações massivas que poderiam ter chegado. As burocracias sindicais – inclusive com sindicatos dirigidos pela direita – são um empecilho a essa luta? São, e devemos buscar derrotar esses setores e arrastar os sindicatos para essa luta. Isso não vai ser feito se o movimento dos trabalhadores se perder em uma multiplicidade de demandas e pautas, confundido pelo conjunto brutal de ataques da burguesia e do governo. Mas vai ser feito se conseguirmos cerrar fileiras entre todos, lutar contra toda vacilação dentro da própria esquerda e contra toda repressão vinda dos patrões.

2025 será o ano da redução da jornada e do fim da escala 6x1. Mas isso depende de nós.

EDITORIA-CHEFE:

Stella Aragão

CHEFE DE REDAÇÃO:

Vinícius Okada

CONSELHO EDITORIAL:

Diego Miranda, Gabriel Colombo, Gabriel Landi, Gabriel Lazzari, Gabriel Tavares, Gustavo Pedro, Jones Manoel, Kauana Niz e Lígia Orlandin.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ana Vieira

Leia também pela internet:

jornalofuturo.com.br

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Segurança Pública

Violência doméstica afeta mais as mulheres negras em situação de vulnerabilidade econômica

Pelo menos 30% das brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por um homem, e, quanto menor a renda, maiores as chances de terem sido agredidas.

Em novembro foi divulgada a Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher Negra, realizada a partir da estratificação da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. A pesquisa, feita em 2023, pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher Contra a Violência, traz dados que explicitam uma realidade brutal vivenciada pelas mulheres, e especialmente, por mulheres negras.

A pesquisa, que contou com relatos de mais de 21 mil mulheres, incluindo mulheres trans, revelou que pelo menos 30% das brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por um homem. Além disso, os dados também apontam uma maior percepção do aumento de violência doméstica por parte de mulheres pretas, pardas e indígenas, em um cenário de aumento nos índices de todos os tipos de violência contra mulheres no país.

O estudo também destaca alguns fatores que potencializam o aumento da violência doméstica, como baixa escolaridade, situação no mercado de trabalho e composição familiar, porém, o fator mais citado é a vulnerabilidade econômica.

Das mulheres negras que já foram vítimas de violência doméstica, 39% não possuem renda suficiente, e 27% não têm nenhuma renda, ou seja, 66% das vítimas não têm condições mínimas de se manter sozinhas e se libertar de seus agressores, o que também é comprovado pela pesquisa, visto que 85% dessas mulheres continuam obrigadas a conviver com seus agressores.

Segundo dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) – base alimentada por registros de doenças de notificação compulsória ao Sistema Único de Saúde (SUS) –, no ano de 2022, 202.608 brasileiras sofreram algum tipo de violência, e 112.162 eram negras, o que corresponde à 55% das vítimas. Neste mesmo ano, mulheres pretas e pardas representaram 62% dos registros por violência sexual, e 67% das vítimas assassinadas.

Esses números refletem a conservação de uma cultura patriarcal e racista, e são consequências de uma série de desmontes de políticas sociais que vêm sendo executadas.

Em completa subordinação aos interesses burgueses e a um projeto de austeridade fiscal, o Governo Lula-Alckmin tem avançado com uma política de corte de verbas de setores fundamentais para a classe trabalhadora. Recentemente, foram anunciados cortes de 4,4 bilhões do Ministério da Saúde, cortes através do endurecimento de regras para acesso a programas de assistência social, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, além da limitação do crescimento do salário mínimo, dos cortes no abono salarial e a crescente precarização e terceirização do trabalho.

Em um cenário como este, as consequências são claras: o risco de aumento contínuo de variadas formas de violência que se relacionam com vulnerabilidade econômica, afetando brutalmente parcelas específicas da classe trabalhadora, que acabam sendo menosprezadas por um governo omissivo e submisso à elite burguesa.

Isso também resulta em uma desconfiança nas instituições, o que leva muitas vítimas de violência doméstica a sofrerem caladas e não procurarem ajuda. Sem o aparato necessário do Estado, muitas mulheres criam grupos de apoio e redes de proteção em seus locais de moradia e trabalho, visando oferecer ajuda e suporte para as vítimas, porém, mesmo que essas medidas sejam importantes para tirar mulheres de ciclos violentos, ainda assim são insuficientes.

Não é possível combater a violência doméstica e a vulnerabilidade econômica sem combater os ataques que o povo sofre constantemente. Não é possível discutir políticas públicas que combatam todas as formas de violência e opressão sem discutir o sucateamento de serviços destinados à segurança e manutenção da vida. A luta pela garantia da vida de mulheres negras é também uma luta contra a austeridade e a exploração do proletariado.



Quarta marcha das mulheres negras em Copacabana, em 2018. As pesquisas mais recentes sobre violência contra mulheres negras no Brasil mostram que o cenário não só não mudou, como a violência doméstica aumentou. Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil.

Economia

Trabalho “análogo à escravidão” em monopolista do varejo alimentício ganha repercussão

Após denúncias, a Companhia Zaffari anunciou mudanças, mas trabalhadores desconfiam.



Centenas de denúncias contra a Companhia Zaffari circulam as redes sociais. Foto: ParkShopping Canoas/Divulgação.

As condições de trabalho na Companhia Zaffari, um dos maiores monopolistas do varejo alimentício no Brasil, expõem práticas que desafiam até os limites do absurdo. Enquanto a escala 6x1, um dia de folga para seis trabalhadores, começa a ser questionada nacionalmente, os funcionários da empresa denunciam situações ainda mais degradantes: jornadas de oito, nove ou até dez dias consecutivos, horas extras obrigatórias sem compensação salarial, e um regime de banco de horas manipulado para prejudicar os trabalhadores. Tudo isso é imposto a uma força de trabalho que recebe, em média, um salário líquido de apenas R\$ 1.200.

Com faturamento de R\$ 7,6 bilhões em 2023 e mais de 12.500 empregados, a tradicional Companhia Zaffari do Rio Grande do Sul é acusada de desrespeitar direitos trabalhistas e submeter seus funcionários a um gerenciamento desumano. As denúncias incluem desvios de função, repressão ao diálogo, cumplicidade sindical e jornadas exaustivas, que transformam o cotidiano dos trabalhadores em um ciclo de exploração física e mental, alimentado por um modelo de negócio voltado à maximização de lucros a qualquer custo.

Os funcionários da Companhia Zaffari denunciaram condições de trabalho degradantes. Um trabalhador relatou que, apesar da empresa prometer a escala 6x1, a realidade muitas vezes inclui até “dez dias de trabalho seguidos para uma folga”, além da falta de diálogo para flexibilizar horários. Outra funcionária acrescentou: “No domingo, a gente entra super cedo pra sair super tarde. Eu acho isso um absurdo”. Adolescentes também relataram serem pressionados a cumprir horas extras obrigatórias nos chamados “dias de dobra”, agravando ainda mais a carga horária.

As denúncias apontam também manipulações no uso do banco de horas. Segundo um funcionário: “Tu pode trabalhar e ficar com 20 horas sobrando e eles não vão te pagar. Mas se tu ficar com 2 horas faltando

eles vão te cobrar”. Além disso, casos de desconto salarial arbitrário foram registrados, como o de uma empacotadora que teve R\$ 139 descontados por uma suposta “falta injustificada”, mesmo com a apresentação de atestado médico.

Outro ponto crítico é o pagamento do auxílio alimentação, condicionado ao trabalho em domingos e feriados e depositado em um cartão exclusivo para uso nas unidades do próprio Zaffari. Isso limita o poder de compra dos funcionários e, na prática, devolve o dinheiro à empresa. Como paliativo para salários baixos, a empresa distribui cestas básicas, mas impõe condições, como não faltar ou apresentar atestado médico: “Eles tão tirando nosso direito de ficar doente pra ganhar uma cesta básica” afirma um trabalhador da empresa.

Denúncias de assédio sexual também vieram à tona, sendo frequentemente ignoradas pela gestão. Uma funcionária relatou que, após denunciar um colega que a assediava, foi demitida, enquanto o acusado permaneceu na empresa. Situações similares foram mencionadas em avaliações no site Indeed, reforçando a percepção de um ambiente de trabalho marcado por descaso sistemático aos direitos dos trabalhadores.

Além disso, o tratamento abusivo por parte dos gerentes é uma constante. Funcionários afirmam que eram insultados e ameaçados caso reclamasse das condições de trabalho. Um segurança relatou ter ouvido: “Se não gostar, pede as contas”, enquanto recebia críticas por cuidar de familiares no hospital. Os impactos psicológicos dessas práticas são graves. Ex-funcionários relataram crises de ansiedade e depressão, como uma trabalhadora que disse: “Tive várias crises de ansiedade. Hoje, estou em tratamento para depressão.” Outro ex-funcionário desabafou: “Perdi boa parte do crescimento das minhas filhas.”

Adolescentes contratados pela empresa denunciaram jornadas excessivas, acúmulo de funções sem aumento salarial e prejuízos aos

estudos. Um empacotador menor de idade revelou trabalhar até 11h30 seguidas e desabafou: “Nem estudo. Na minha folga, tenho que resolver problemas acumulados.” Essas práticas violam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que protege o direito à educação e proíbe trabalhos prejudiciais ao desenvolvimento dos jovens.

Em nota divulgada pelo advogado Flávio Obino Filho, a Companhia Zaffari tentou minimizar as críticas às condições de trabalho ao afirmar que os acordos coletivos, homologados pela Justiça do Trabalho, não formalizam a escala 10x1. No entanto, a própria declaração admite que os acordos permitem até 10 dias consecutivos de trabalho antes de um repouso, contradizendo o discurso de inexistência dessa prática. A justificativa de que o formato está alinhado com o Ministério Público do Trabalho não aborda as denúncias de abusos relatadas pelos trabalhadores, como jornadas exaustivas e “dias de dobra”. Além disso, ao indicar que acompanhará a renegociação dos acordos somente em 2025, a empresa transfere a responsabilidade para o futuro, ignorando o impacto imediato das condições denunciadas.

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (Sindic-Poa), representado pelo presidente Nilton Neco, enfrenta críticas severas pela assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que formaliza práticas degradantes. Neco inicialmente afirmou desconhecer as condições impostas aos trabalhadores, mas depois defendeu o acordo, alegando que as condições estariam dentro da lei e que os benefícios oferecidos seriam um ganho. Contudo, práticas como a permissão para até 10 dias consecutivos de trabalho e o pagamento do auxílio-alimentação em um cartão exclusivo da empresa levantam dúvidas sobre a imparcialidade do sindicato na defesa dos trabalhadores. A cláusula permitindo o trabalho em três domingos consecutivos, defendida como “justa troca” por Neco, também

contraria decisões anteriores do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Especialistas, como a juíza do trabalho Valdete Souto Severo, alertam que as condições estabelecidas no ACT podem ser enquadradas como “trabalho análogo à escravidão”, conforme o artigo 149 do Código Penal. A flexibilização de direitos promovida pela Reforma Trabalhista de 2017 não legitima práticas que inviabilizem uma vida digna. Em fevereiro de 2024, o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul (MPT-RS) conseguiu anular cláusulas semelhantes em outro acordo da Comercial Zaffari, evidenciando a fragilidade jurídica dessas negociações.

Diante dessas condições, o Movimento pelo Fim da Escala 6x1 organizou uma série de protestos em Porto Alegre, começando no feriado de 15 de novembro com um ato no Shopping Praia de Belas que reuniu cerca de 3 mil pessoas. Manifestações subsequentes ocorreram em lojas da Avenida Ipiranga e da Rua Lima e Silva, nos dias 5 e 6, com apoio de partidos de esquerda, movimentos sociais, consumidores e trabalhadores. Apesar da pressão patronal, um ato na Esquina Democrática, mesmo sob chuva, reforçou as demandas em 13 de novembro, culminando em uma manifestação nacional em 20 de dezembro.

A repercussão levou a empresa Zaffari a anunciar mudanças na escala de trabalho, como a limitação ao formato 6x1, restrição ao trabalho em dois domingos consecutivos e exclusão de adolescentes dos “dias de dobra”. No entanto, trabalhadores expressaram desconfiança, considerando as medidas apenas paliativas, apelidadas de “extintor de incêndio”. Paralelamente, o Sindec-Poa anunciou que não renovará o acordo que permite a escala 10x1 em 2025 e reforçou o uso de equipes de fiscalização e canais de denúncia.

A publicação da reportagem em parceria entre o Jornal O Futuro e o Brasil de Fato no último mês de forma online ampliou a visibilidade do tema, trazendo à tona novas denúncias. Relatos como o controle abusivo sobre o uso do banheiro, que levou funcionários a situações humilhantes, escancaram o ambiente de trabalho opressor. Operadores de caixa afirmaram esperar horas para obter permissão para usar o banheiro, resultando em constrangimentos que comprometem a dignidade e a saúde dos trabalhadores.

Especialistas destacam que práticas como essas violam normas reguladoras e princípios constitucionais, configurando abuso do poder diretivo do empregador. O Tribunal Superior do Trabalho já reconheceu o acesso irrestrito às instalações sanitárias como essencial à dignidade humana no trabalho. No caso Zaffari, tais práticas seriam passíveis de indenização por danos morais.

Com o avanço da PEC pelo Fim da Escala 6x1, o caso do Zaffari tornou-se um símbolo de uma luta mais ampla por condições dignas de trabalho, evidenciando problemas estruturais que exigem mudanças profundas no setor.

Juventude



Fabio: Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Haddad e Tebet congelam recursos federais: educação é a mais afetada

No último dia 30 de novembro, a Ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciaram um bloqueio orçamentário de cerca de R\$5,5 bilhões. 21 ministérios serão afetados pelo congelamento, dos quais, o maior prejudicado é Ministério da Educação, que terá R\$1,6 bilhão do seu orçamento congelado.

O congelamento anunciado na sexta-feira (30) não faz parte do pacote de corte de gastos publicizado por Fernando Haddad, em rede nacional, no dia 27 de novembro. O bloqueio de despesas é um mecanismo do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que permite bloquear parte do orçamento já em execução em função de um crescimento das despesas acima do limite permitido pela regra fiscal; na prática, o valor fica indisponível para ser utilizado pelos ministérios.

Para compreender melhor os critérios desse congelamento, é importante compreender como funciona o teto de gastos proposto pelo governo federal em 2024. O Novo Arcabouço Fiscal (NAF) permite variação do gasto primário do Estado – gastos públicos que não contemplem as despesas com juros da dívida pública – em até 0,25% do PIB no período, corrigido pela inflação. A meta da equipe econômica para este ano é de déficit zero e superávit primário, de 0,5% para 2025.

Portanto, com base na memória de cálculo, ou seja, os documentos técnicos das despesas públicas, é feita uma estimativa da tendência dos gastos primários. Caso essa tendência sugira que os limites impostos pelo NAF serão superados, os empenhos dos órgãos federais são limitados, sob o nome de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias. O acumulado desses bloqueios orçamentários em 2024 chega a 17,6 bilhões de

reais com esse último anúncio.

Das 21 pastas diretamente prejudicadas pelo mais recente bloqueio, as mais atingidas são: Ministério da Educação (R\$ 1,6 bilhão); Ministério das Cidades (R\$ 1,097 bilhão); Ministério dos Transportes (R\$ 956 milhões); Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (R\$ 367 milhões); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 271 milhões); Ministério de Portos e Aeroportos (R\$ 214 milhões); e Ministério da Agricultura e Pecuária (R\$ 213 milhões).

Já o corte de gastos é uma revisão dos gastos públicos com medidas legislativas articuladas pela equipe econômica do governo junto ao Congresso Nacional que mudam as estruturas de

despesas obrigatórias, que não podem ser bloqueadas ou contingenciadas, com objetivo de diminuir o prospecto desses gastos.

Algumas das promessas veiculadas durante a campanha da chapa Lula-Alckmin nas eleições de 2022 foram: a ampliação do ensino integral nas escolas públicas, recuperação do nível de aprendizagem perdido durante a pandemia, ampliação das vagas nas instituições de ensino superior público, construção de novos campi para universidades federais etc; essas medidas estão submetidas ao orçamento do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para serem implementadas. Logo, revela-se uma contradição entre as imposições do Novo Arcabouço Fiscal, articuladas pela equipe econômica, e o programa apre-



Fabio: Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

sentado pelo governo federal. Não obstante às limitações materiais para os cumprimentos dessas promessas, o governo já anunciou novos campi e vagas para IES. Logo, apesar do discurso eleitoral, o acumulado de bloqueio de recursos, tendo no MEC seu principal alvo, representa uma continuidade do desmonte da educação pública mesmo após o fim dos governos de Temer e Bolsonaro.

Se por um lado o impacto sobre a pasta impede que governo cumpra seus compromissos eleitorais, os quais atuam como propostas de avanço para educação pública brasileira; por outro, as escolas, universidades e institutos já enfrentam problemas estruturais históricos decorrentes da falta de orçamento para o funcionamento básico dessas instituições.

Já em 2024 foi deflagrada pelo Brasil uma série de mobilizações em defesa da educação pública que foram desde a greve no ensino básico e técnico em instituições federais até a greve dos servidores das universidades federais no primeiro semestre deste ano. As paralisações surgem como resposta à defasagem salarial dos servidores e do orçamento das IES, que não contempla sequer o funcionamento mais básico dos campi, como no caso mais recente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, maior universidade federal do país, ter ficado sem água e luz devido à falta de pagamento.

Mais que suas conquistas econômicas, o movimento grevista deixou um saldo político importante; a pressão popular organizada tem papel fundamental para tensionar a política institucional em favor dos interesses dos trabalhadores. Estes resultados não foram melhores também em função da decisão do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), principal organizador do movimento, de ceder à pressão governista e se contentar a, agora, manter uma jornada de mobilizações para pressionar o governo a cumprir com os acordos firmados durante a greve. Acordos esses cujas negociações foram marcadas por falas públicas anti-grevistas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa conjuntura revela que a raiz do problema está na continuidade ideológica e na orientação da política econômica do governo. O Ministério da Educação ainda não detalhou onde o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão vai incidir com mais força, mas essa limitação, que está sendo imposta a pasta, está muito aquém da sua importância para o Brasil e vai na contramão das promessas de campanha de Lula, o que desgasta a base que o elegeu.

O **superávit primário** é o resultado positivo do cálculo da despesa total (gastos do governo, excetuando os gastos da dívida pública) menos a receita líquida (o quanto o governo recebe com tributação, tirando o que é repartido para Estados e Municípios).

Juventude

Com apoio do Congresso e do MEC, setor privado de educação segue com perspectivas de crescimento no Brasil

Diante de estimativas de lucros na casa dos bilhões, conglomerados educacionais avançam com baixa qualidade de ensino e endividamento dos estudantes.

No dia 02 de dezembro, o Senado Federal realizou uma sessão especial em homenagem ao Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação), que reúne 15 entidades representantes do setor educacional privado, abrangendo desde a educação infantil até a pós-graduação.

O evento, que ocorreu após o pedido do senador Carlos Portinho (PL-RJ), através do requerimento 414/2024, foi presidido pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), e reuniu falas em defesa da educação particular por parte de seus representantes, dos senadores e de funcionários do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para Ulysses Teixeira, diretor de avaliação do Inep, presente na homenagem, a ampliação da educação superior brasileira está necessariamente ligada ao setor privado: “Nós não conseguimos pensar o amanhã (...) da educação superior no Brasil sem incluir ou sem levar em consideração, principalmente, essa contribuição trazida pelas instituições de educação superior privadas”.

Já Mônica Sapucaia, conselheira nacional de Educação do MEC, discursou abdicando de uma expansão da educação pública para sanar seus

problemas, e defendeu a permanência da educação privada como alternativa: “Essa união entre uma excelente regulação e um compromisso da estrutura da educação privada e da educação pública é o que vai construir possibilidades de uma educação de qualidade e um futuro para o Brasil”, indicou.

A demonstração de proximidade e comprometimento dos Poderes Legislativo e Executivo com o setor privado de educação não é novidade. A opção de não investir na expansão das vagas em instituições de ensino superior públicas e abrir espaço para o crescimento dos cursos de graduação privados vem, desde, pelo menos, a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante (Fies), em 1999, depois expandido pelos governos petistas nas décadas de 2000 e 2010, quando passou a dividir as oportunidades de ingresso facilitadas em instituições privadas com o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004.

Em entrevista à Carta Capital, em outubro de 2024, o fundador e ex-presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, José Marcelino de Rezende Pinto, avaliou a expansão do ensino superior brasileiro, a partir de dados do Censo da Educação Superior

de 2023, que apontou que 79,3% das matrículas no ensino superior no ano passado foram feitas em instituições privadas: “O ensino superior no Brasil cresce sob uma forte lógica de mercado [...] é um sistema disfuncional, porque ele cresceu na lógica do mercado, não na lógica da necessidade do País”, explica.

Diante de mais de duas décadas de promoção de programas que enriquecem o setor privado e endividam os estudantes, o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou uma auditoria, em fevereiro de 2024, que aponta que o MEC nunca elaborou um plano para avaliar se o Fies e o Prouni cumprem a democratização do Ensino Superior. O relatório do TCU ainda aguarda julgamento.

No contexto de valorização da educação privada em detrimento de investimentos em instituições públicas, as expectativas divulgadas por empresas da área são de ainda mais lucros. Em novembro do ano passa-



Foto: José Cruz/Agência Brasil

do, a XP Investimentos estimou um crescimento de 191%, no curto prazo, para o grupo Cogna Educação, dono das empresas Saber, Vasta e Kroton.

Outro gigante do setor, a Ânima Educação, que reúne 25 empresas e já fatura R\$ 50 bilhões anuais com ensino superior privado, agora vê o cenário propício para crescer. No início de dezembro, o grupo anunciou a expansão da empresa para áreas da educação continuada, executiva e business-to-business (B2B), com expectativa de lucros na casa dos R\$100 bilhões.

Em contrapartida, o desinvestimento do governo federal na educação pública se mantém. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o acumulado de reposições orçamentárias para as instituições de ensino superior federais chegou a R\$638 milhões em 2024, valor que corresponde apenas a 25% das perdas de orçamento desde 2015, calculadas em R\$2,5 bilhões.

Em contrapartida, o desinvestimento do governo federal na educação pública se mantém. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o acumulado de reposições orçamentárias para as instituições de ensino superior federais chegou a R\$638 milhões em 2024, valor que corresponde apenas a 25% das perdas de orçamento desde 2015, calculadas em R\$2,5 bilhões.

O acesso ao ensino superior depende do fim do vestibular e do fim do Novo Arcabouço Fiscal

O ENEM de 2024 teve 4,3 milhões de inscritos. O número retoma os patamares de antes do governo Bolsonaro. O aumento é considerado uma vitória para o campo progressista, pois representaria que a juventude volta a ter esperanças no futuro. Mas esse aumento não se reflete em entradas de estudantes nas universidades públicas. Isso acontece em função do Novo Arcabouço Fiscal proposto pelo Ministério da Fazenda de Fernando Haddad, o qual restringe o aumento do investimento público nas instituições de ensino, levando ao impedimento da abertura de novas vagas e um verdadeiro escoamento de vestibulandos para universidades privadas, sobretudo no modo de ensino à distância.

Segundo dados do último Censo da Educação Superior, as IES do setor privado correspondem a quase 80% das matrículas em graduações. Dos quais, 27% estão concentradas em 5 instituições e 49% – cerca de 4,9 milhões de graduandos – no EaD. A explosão do ensino à distância aconteceu a partir de 2019, quando o ministro da educação bolsonarista Abraham Weintraub autorizou que até 40% da

carga horária dos cursos pudessem ser ministradas de forma remota. A decisão privilegiou a grande burguesia da educação privada, que reduziu seus custos com imóveis, manutenção, energia, quadro de funcionários e professores, sobrecarregando-os. Apesar do argumento que o ensino à distância democratiza o acesso ao ensino superior, apenas 2,3% dos cursos EaD tiveram nota máxima (5) no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e cerca da metade teve notas inferiores ao mínimo para se manterem ativos (1 ou 2).

Em contraste ao crescimento das matrículas no setor privado, o ensino público sequer preenche todas as suas vagas. O Censo da Educação Superior de 2023 mostrou que quase 40% das vagas ficaram ociosas e as bolsas de permanência estudantil são insuficientes para sustentar aquelas que são preenchidas. A falta de verbas, afeta não só a permanência, mas o próprio funcionamento das instituições, como no caso da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, que, em nota de agosto de 2024, manifestou que os cortes orçamentários

anunciados pelo governo às IES colocavam em risco o funcionamento básico da universidade. A mudança no perfil dos ingressantes na última década, que passaram a vir de famílias de renda ainda mais baixa, demanda mais recursos de permanência a fim de materializar um acesso democrático ao ensino superior de qualidade.

Na contramão dessa necessidade, os recursos destinados à educação pública federal vem diminuindo. O acumulado de reposições orçamentárias, fruto das mobilizações nas instituições de ensino superior no primeiro semestre de 2024, chegou a R\$638 milhões. O montante corresponde somente a 25% das perdas de orçamento desde 2015, calculadas em R\$2,5 bilhões pelo ANDIFES.

Embora as regras fiscais dos governos Temer-Bolsonaro e da atual gestão sejam diferentes nos detalhes, o caráter de austeridade fiscal se mantém: limitam-se os gastos sociais do Estado para agradar expectativas de investidores e agentes do mercado financeiro no Brasil. O chamado Novo Arcabouço Fiscal vai na contramão das demandas da base eleitoral e do

programa que elegeu a chapa Lula-Alckmin em 2022, ameaça os pisos constitucionais da saúde e educação e não garante a viabilidade material das reformas e construções de novos campi anunciadas pelo governo.

A partir disso, é possível compreender o porquê do aumento das inscrições no ENEM não representar aumento nos ingressos no ensino público superior. As 870.333 vagas presenciais na rede pública correspondem apenas a um quinto das inscrições no ENEM deste ano, segundo o Censo da Educação Superior. Se, por um lado, há um déficit de vagas que impede o acesso ao ensino público e gratuito de todos que concluem o Ensino Médio, a própria estrutura do vestibular, somada às limitações orçamentárias impostas pela política fiscal, muitas das vagas existentes se mantêm desocupadas. Essa conjuntura escoou o excedente de inscritos no vestibular para a rede privada de educação superior, atendendo aos interesses da burguesia do setor. Revogar o Novo Arcabouço Fiscal é pré-requisito para fortalecer o ensino público superior.

Política

Luta pelo fim da escala 6x1 chega ao Congresso Nacional

No início de dezembro, o plenário da Câmara dos Deputados foi palco de um debate histórico. Convocada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e com organização da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, a audiência pública reuniu parlamentares, sindicalistas e militantes para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca abolir a escala de trabalho 6x1 e promover a redução da jornada semanal no Brasil. Entre os presentes, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) teve papel ativo com a sua militância.

Gabriel Landi, militante do PCBR, não escondeu a importância do momento. Para ele, o debate representou um marco, ainda que limitado por tensões e embates. “A presença de sindicatos combativos, como o do setor alimentício, trouxe um exemplo vivo de resistência e conquistas. Recentemente, trabalhadores da PepsiCo em Sorocaba e Itaquera conseguiram, após uma greve, assegurar pelo menos um sábado de descanso por mês. Isso foi citado como avanço, mas o desafio é nacionalizar essa conquista”, afirmou.

No entanto, o clima no Congresso não foi de harmonia. Parlamentares da direita, alinhados aos interesses patronais, adotaram uma postura de confronto, promovendo ataques anticomunistas e levantando falácias econômicas para deslegitimar a proposta. A ausência de respostas teóricas bem estruturadas por parte da esquerda foi apontada como um ponto fraco pelo militante: “Precisamos rebater com dados concretos a ideia de que reduzir a jornada gerará inflação ou desemprego. Sem isso, deixamos espaço para que as mentiras sejam propagadas”, pontuou Landi.

A audiência revelou tanto o potencial quanto as limitações do debate parlamentar em avançar pautas que enfrentem os interesses do capital. Ainda assim, figuras como os deputados Glauber Braga (PSOL-RJ) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP) brilharam ao defender os trabalhadores e reiterar que a economia deve servir ao povo, e não o contrário.

A luta pelo fim da escala 6x1 é, na verdade, uma continuidade da histórica batalha pela redução da jornada de trabalho. Desde o século XIX, a organização dos trabalhadores ao redor do mundo tem como uma de suas principais bandeiras a conquista de mais tempo livre e condições dignas de trabalho e salário. No Brasil, a escala 6x1, que permite apenas um dia de descanso após seis dias consecutivos de trabalho, é uma prova viva da superexploração da força de trabalho.

O PCBR, em seu XVII Congresso, decidiu tornar essa pauta central. A proposta de um descanso semanal de três dias a cada quatro trabalhados não apenas responde ao cansaço crônico e à alienação causados pelo excesso de trabalho, mas também aponta para

uma reorganização radical da sociedade. A redução da jornada para 30 horas semanais e a escala 4x3 são instrumentos táticos para a emancipação. É uma luta que não se limita à economia, mas que questiona quem deve ser o protagonista das decisões que moldam nossas vidas: o trabalhador ou o capital?

Um dos catalisadores mais recentes dessa discussão foi o surgimento do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Nascido no TikTok no final de 2023, o VAT popularizou a crítica à escala 6x1 com linguagem acessível e forte apelo emocional. O VAT cumpriu um papel importante na agitação inicial, mas perdeu a oportunidade de se tornar um movimento mais amplo e democrático. O movimento optou por centralizar decisões em um pequeno núcleo, tratando-se como uma marca “apartidária”, o que limitou sua capacidade de ser uma ferramenta coletiva de luta. Ainda assim, não é de se menosprezar sua importância em colocar o tema na agenda pública.

Paralelamente ao VAT, o PCBR se engajou em mobilizações em diversos estados, organizando greves, atos e assembleias. Essa atuação foi essencial para unir trabalhadores de diferentes categorias. A luta não pode depender apenas das redes sociais ou do parlamento. É na base, nos locais de trabalho e nas ruas, que construiremos a força necessária para vencer. A Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Erika Hilton não é a única em tramitação sobre o tema, mas tem catalisado grande parte das discussões.

A tramitação da PEC, porém, segue o caminho árduo de todas as emendas constitucionais. Após reunir as assinaturas necessárias, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será avaliada quanto à sua admissibilidade. Em seguida, passará por comissões especiais, que poderão alterar seu texto, e será submetida a votação no plenário da Câmara e do Senado. A resistência da burguesia será imensa. Deputados de direita já tentam desviar o debate, propondo que isso seja tratado apenas em negociações coletivas, o que, na prática, deixa os trabalhadores à mercê dos interesses empresariais. O Ministro do Trabalho do Governo Lula-Alckmin, Luiz Marinho, fez a mesma “proposta”, mas recebeu tantas críticas que mudou de posição e passou a apoiar (mais demagogia que realidade) o fim da escala 6x1.

No último dia 15 de novembro, feriado da Proclamação da República, sete capitais brasileiras e diversos outros municípios foram palco de manifestações massivas pelo fim da escala 6x1. Os atos reuniram milhares de trabalhadores, expressando um clamor coletivo por mudanças. Esses protestos marcaram não apenas um momento de pressão popular, mas um ponto de inflexão no debate



Manifestações em todo o país denunciam a escala 6x1 em shoppin

nacional sobre o direito ao descanso e à redução da jornada de trabalho.

As mobilizações recentes trouxeram uma energia renovada à luta e indicam a possibilidade de consolidar uma nova etapa do movimento, mais ampla e articulada. O PCBR acredita que a mobilização popular precisa ser fortalecida de forma contínua, especialmente no início de 2025, quando o Congresso retomará a tramitação da PEC. Um ato nacional está sendo vislumbrado para janeiro.

Além dos protestos de rua, é preciso mirar os locais de trabalho como espaços estratégicos de resistência. Greves pontuais, como as realizadas no setor alimentício, são exemplos do que pode ser replicado em outras categorias. É preciso mostrar que o descontentamento não está apenas nas redes ou nas passeatas.

Pode ser um bom momento para a formação de uma Frente Única que reúna sindicatos, movimentos popula-

res e partidos de esquerda, com o objetivo de unificar as pautas e coordenar ações em escala nacional. Essa frente teria um papel central na convocação de greves gerais e na organização de campanhas, conscientizando a população sobre os benefícios da redução da jornada de trabalho e desmontando as narrativas contrárias que partem de setores empresariais.

Outro ponto importante para o próximo período é a luta pelo fortalecimento do movimento no campo cultural e simbólico. É essencial construir uma narrativa que reafirme o valor do descanso, do lazer e do tempo livre como componentes fundamentais de uma vida digna. Não é apenas sobre trabalho e economia, mas de um modelo de sociedade. Deve-se pensar um Brasil onde as pessoas tenham tempo para estudar, estar com suas famílias, cuidar de sua saúde e, sobretudo, viver. Isso exige mudar a cultura que glorifica a exaustão como sinônimo de sucesso.

Economia

Salário mínimo e inflação no Brasil: a conta que não fecha

O Governo Lula-Alckmin apresentou seu pacote de ajuste fiscal ao Congresso Nacional. O PLP 210/2024 e PL 4614/24 não contém as promessas do pronunciamento feito pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad em rede nacional (27/11/24), como isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais e muito menos mudanças nos privilégios dos militares. Tudo isso ficou para um futuro incerto. O PLP 210 e o PL 4614 versam, basicamente, sobre salário mínimo, Benefício de Prestação Continuada, abono salarial e “supersalários”.

O pacote neoliberal apresentado pelo Governo Federal não é fruto apenas da chamada “pressão do mercado”: é uma consequência estrutural do Novo Teto de Gastos. Em termos práticos, o Novo Teto de Gastos – chamado de Novo Arcabouço Fiscal – garante que os gastos públicos (com exceção dos juros da dívida pública) não ultrapassem 70% do aumento da arrecadação, ou seja, que o Estado gaste menos do que recebe. Além disso, estabelece que, de um ano para outro, a despesa não pode crescer mais que 2,5% nem diminuir mais que 0,6%. Tudo isso versa sobre o gasto primário, isto é, a despesa com saúde, educação, cultura, lazer, meio ambiente, previdência social, ciência e tecnologia, infraestrutura, geração de emprego etc.

A partir dessa lógica do Novo Teto de Gastos, autoimposta pelo Governo Lula-Alckmin e referendada pelo Congresso Nacional, a valorização do salário mínimo é um problema. O salário mínimo é indexado a benefícios previdenciários e de assistência social. Isso significa que, quando aumenta o salário mínimo, aumenta também o valor da aposentadoria e de políticas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Fernando Haddad e Simone Tebet, em vários momentos de 2024, divulgaram a ideia de desvincular o salário mínimo da previdência e assistência social, mas não encontraram correlação de forças favorável para avançar nesse ataque.

A solução foi, com apoio da Febraban (Federação Brasileira dos

Bancos), limitar o crescimento do salário mínimo ao limite do Novo Teto de Gastos, isto é, o salário mínimo pode ter ganho real – acima da inflação – de no máximo 2,5% ao ano. A regra atual de valorização do salário mínimo é considerar o índice de inflação medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) dos últimos 12 meses e o percentual de crescimento do PIB dos últimos dois anos. Por essa regra, em 2025, o salário mínimo teria aumento de 7,71%, passando para o valor de R\$1.521. A proposta do Governo Lula-Alckmin é manter a mesma metodologia de cálculo, mas nunca superando o limite de 2,5% de crescimento ao ano – limite do Novo Teto de Gastos.

Nesse sentido, vamos imaginar que, para 2026, o IPCA e o índice de crescimento do PIB dos últimos dois anos indiquem que o salário mínimo deve crescer acima da inflação em 10%. Mesmo assim, o máximo de crescimento será de 2,5% ao ano. O economista Pedro Rossi fez uma simulação de quanto seria o valor do salário mínimo hoje se a regra de valorização máxima de 2,5% tivesse sido adotada em 2003, no primeiro ano do mandato de Lula.

O salário mínimo, hoje, seria menor que mil reais. Os números não deixam dúvidas: mente quem afirma que a valorização do salário mínimo está garantida. Formalmente, sim, todo ano teremos ganhos reais acima da inflação, mas com um limite tão pequeno de, no máximo, 2,5% de ganho ao ano, teremos um achatamento do poder de compra da classe trabalhadora. É fácil demonstrar esse achatamento a partir da questão do custo dos alimentos.

O IPCA mede milhares de preços na economia brasileira. O índice geral de inflação é uma média, o que não significa que, em cada setor específico, não tenhamos índices de inflação menores ou maiores. A inflação no preço dos alimentos em 2024, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é de 4,5%. Ainda segundo o IBGE, a inflação de alimentos nos domicílios foi de quase 49% entre janeiro

de 2020 e agosto de 2024. Esse valor está bem acima do índice geral de inflação.

Se, para 2024, a inflação no setor de alimentos foi de 4,5%, o aumento do salário mínimo de no máximo 2,5% não cobre o aumento do custo de vida com alimentação. É conhecido o dado, asseverado por vários institutos de pesquisa (públicos ou privados), que, quanto menor o nível de renda de uma família, maior é o total da renda gasto com alimentação. O portal de notícias Agência Brasil, em matéria assinada por Daniel Mello (25/04/2023), apresenta o seguinte cenário:

As famílias da classe C, que ganham entre R\$5,2 mil e R\$13 mil mensais, gastam em média um terço, o equivalente a 33,3%, dos rendimentos com alimentação, segundo pesquisa divulgada nesta terça-feira (25) pelo Instituto Locomotiva. Entre as famílias da classe B, com rendimento de R\$13 mil a R\$26 mil, o percentual da renda comprometida com alimentação cai para 13,2%. Para as famílias com rendimentos entre R\$1,3 mil e R\$5,2 mil, classificadas como classes D e E, mais da metade do dinheiro recebido mensalmente (50,7%) é gasto com comida.

Mais de 60% da classe trabalhadora ganha até dois salários mínimos e gasta 50,7% com alimentação. Como temos uma tendência de alta do preço dos alimentos acima do índice médio de inflação, esse ataque à valorização do salário mínimo, olhado numa perspectiva de média/longa duração, vai significar um poder de compra cada vez menor do povo trabalhador e aquela clássica percepção no supermercado que o “dinheiro não dá para nada”.

Objetivamente, o ataque ao salário mínimo promovido pelo Governo Lula-Alckmin, será um fator de potencialização da fome no país. Vai reduzir a parcela da renda do povo trabalhador disponível para consumo de bens e serviços, encolher o mercado interno (na dimensão do consumo popular) e impactar na geração de empregos. Aliado a isso, o Brasil já tem um dos piores salários mínimos da América Latina – na América do Sul, o nosso salário mínimo só é maior que o da Venezuela e Argentina.

Como podemos ver, o ataque ao salário mínimo vai aumentar a fome e o desemprego, estimular a superexploração da força de trabalho e manter o Brasil na posição de um dos piores salários mínimos das Américas. É falsa, portanto, a afirmação de que os ganhos acima da inflação estão garantidos.

A luta do povo trabalhador brasileiro deve ser por maior valorização do salário mínimo, enfrentamento à precarização do trabalho e fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho para 30h semanais sem redução salarial.



ngs, supermercados e centros comerciais. Fotos: Jornal O Futuro.

A agenda para 2025 pode incluir ainda um esforço para ampliar o diálogo com categorias ainda pouco organizadas, como os trabalhadores informais e os setores mais precarizados da economia. A integração dessas vozes é vista como crucial para o fortalecimento do movimento, uma vez que essas camadas são as mais atingidas por condições extenuantes de trabalho e frequentemente alijadas do debate público.

O horizonte para a luta contra a escala 6x1 não se limita à aprovação da PEC. Essa vitória é só um passo em direção a transformações ainda maiores. A luta pela escala 4x3 com jornada de trabalho de 30 horas semanais é parte de algo maior: a construção de uma sociedade que valorize a vida acima do lucro; isto é, a luta pelo socialismo-comunismo contra os interesses da burguesia. Esse é o verdadeiro desafio, e ele começa aqui e agora, com cada trabalhador que decide se levantar e dizer basta.



Foto: Foto: Caique Rodrigues/g1

Internacional

Sobre os recentes acontecimentos na Síria: toda solidariedade ao povo e aos trabalhadores sírios

Comissão Política Nacional do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Entre os dias 07 e 08 de dezembro de 2024, a capital da Síria, Damasco, foi tomada pelas forças opositoras ao governo central de Bashar Al-Assad e produziu-se um momento de desfecho da guerra imperialista em curso no país desde 2011. Os grupos opositores foram liderados na tomada de Damasco pelo Hayat Tahrir al-Sham (HTS), ou “Organização para a Libertação do Levante”, que surgiu como um braço sírio da Al-Qaeda e que, como outros grupos que vêm tentando tomar o controle do país, apresenta-se como uma organização que busca subjugar a Síria sob um regime fundamentalista islâmico salafita.

Os planos imperialistas de tomada da Síria não são um ponto fora da curva, mas parte das tentativas de modificar a correlação de forças geopolíticas na região. Por um lado, os interesses de Israel em garantir dominação total do Oriente Médio, indo além da ocupação do território palestino, correspondem às necessidades econômicas e políticas do bloco imperialista conformado pelo regime sionista e pelos EUA-OTAN-União Europeia. O financiamento dos EUA a diversos grupos fundamentalistas na região é notório há décadas e, no plano interno dos países, o imperialismo ocidental costuma se apoiar nos conflitos sectários-religiosos previamente existentes, estimulando as versões mais reacionárias e menos seculares para dividir as sociedades com base em critérios religiosos, quando não conseguem a cooperação das classes dominantes locais para seus planos estratégicos, e minando a solidariedade de classe dos trabalhadores. Por outro lado, até o mês passado, era também notório o plano de colaboração do Estado russo com as forças representadas pelo governo de Bashar Al-Assad, buscando utilizar o país como zona de influência própria e de saída para o Mar Mediterrâneo, além de um tampão contra a expansão dos interesses do bloco imperialista Israel-EUA-OTAN-UE para o leste; também os interesses da China na “Iniciativa do Cinturão e Rota”, de criação de condições para uma disputa para exportação de capitais e mercadorias, passa pela estabilidade política de toda a região do Oriente Médio e da Ásia Central sob sua influência e com a colaboração do governo de Al-Assad.

Desde 2011, a Síria está imersa em uma guerra imperialista estimulada pelos EUA e por Israel, bem como pela Turquia, que coloca o povo do país, particularmente a classe trabalhadora, em uma posição dramática. A onda inicial de protestos espontâneos contra o governo burguês de Al-Assad foi rapidamente reprimida pelo governo, bloqueando a possibilidade da hegemonia

de forças proletárias e populares; e permitindo que a revolta social fosse capturada pelos mercenários fundamentalistas financiados pelas potências capitalistas ocidentais sem qualquer outra terceira alternativa. Por sua vez, o governo de Al-Assad apenas logrou derrotar essa oposição armada graças ao apoio militar russo. É por isso que, em nossa visão, não se trata simplesmente de uma guerra civil, mas de uma verdadeira guerra imperialista, na qual tanto as guerrilhas reacionárias como o governo burguês apenas sustentam suas posições à base do apoio de potências imperialistas estrangeiras, em nome das quais travam uma “guerra por procuração”. Isso se torna tão mais evidente a partir da celeridade com que o governo Al-Assad caiu frente aos combatentes opositores em um momento no qual, preso ao front ucraniano, o estado burguês russo não pode vir em seu socorro.

Nesse quadro complexo, compreendemos que o governo central de Al-Assad representava, apesar de seu caráter burguês, a única alternativa contra a mais completa colonização da Síria aos pedaços pelas potências imperialistas. No entanto, as próprias frações burguesas que se uniram em torno do governo Al-Assad para combater a intervenção estrangeira e seus joguetes fundamentalistas minaram cada vez mais as próprias bases de sustentação do governo central entre as massas do campo e da cidade por meio de suas próprias políticas liberais e de austeridade, justificadas com base nos “esforços de guerra”. Assim, se nos primeiros anos da guerra o governo central recebeu amplo apoio de diversos setores proletários populares, incluindo o Partido Comunista Sírio, que negociou e conseguiu tropas de combate armadas pelo Estado composta apenas por militantes comunistas para defender o país; nos últimos meses, a popularidade de Al-Assad erodiu brutalmente por conta de sua própria política econômica. Avaliamos que o próprio caráter burguês do regime e seu vínculo com as aspirações imperialistas russas, junto

ao próprio desgaste da classe trabalhadora, tendo que “escolher” entre o fundamentalismo religioso e a política burguesa, foram causas para a derrota. A classe trabalhadora foi usada como bucha de canhão em um conflito entre frações da burguesia conectadas a interesses imperialistas.

Além disso, a queda do governo central de Al-Assad, mesmo com as contradições de sua política burguesa, permite agora uma nova onda de incursões imperialistas estrangeiras, particularmente da Turquia, que disputa o controle territorial do norte da Síria e que tende inclusive a colocar os territórios curdos da Síria como alvo, para reverter todo tipo de resistência; e de Israel, que já avançou sobre a região de Golã e buscará fechar o corredor de abastecimento de armamentos da resistência palestina que era operado no sul da Síria e no Líbano, que também encontra-se em situação de constantes ataques. Já há alguns anos, o plano de Israel para a região é denunciado pelo Partido Comunista Sírio como um processo de partilha imperialista da região.

É fundamental sublinhar, para esclarecimento das posições proletárias, que há algumas visões no seio do movimento operário que devem ser combatidas para uma compreensão revolucionária, marxista-leninista, do processo em curso.

A primeira posição que deve ser duramente combatida é a posição trotskista-morenista e correlatas, cuja expressão de maior disseminação no Brasil é a do PSTU (LIT-QI). Em matéria lançada em seu órgão Opinião Socialista, a posição sobre a guerra imperialista na Síria apresenta-se como uma leitura totalmente acrítica em relação às chamadas “forças rebeldes”. Apresentando os avanços contra o governo central sob uma ótica positiva e caracterizando a guerra imperialista como “Revolução Síria”, a posição trotskista-morenista resulta na prática em uma tomada de posição ao lado dos interesses imperialistas de Israel e Turquia e da OTAN na desestabilização do país. Em 2013, o PSTU defendeu a exigên-

cia para que os países imperialistas enviassem armas para os “rebeldes sírios” em luta contra o governo central de Al-Assad. Essa posição, que influencia o movimento operário com uma indistinção total entre seus interesses e os interesses imperialistas, deve ser combatida e toda a solidariedade deve ser dada à resistência síria aos planos imperialistas levados a cabo nacionalmente pelos fundamentalistas religiosos.

A segunda posição, que também deve ser combatida, é a posição de apoio irrestrito ao governo de Bashar Al-Assad. A posição do Partido Comunista da Síria foi, durante todo o período da guerra imperialista, de agitar e propagandear contra as reformas liberais e a política burguesa do baathismo sírio, mesmo negociando sua presença nos esforços organizados pelo governo de combate à interferência fundamentalista e imperialista. O governo de Al-Assad, como outros governos nacionalistas-burgueses, não representa os interesses do proletariado sírio, não pode ser classificado como “anti-imperialista”, e suas políticas liberais inclusive influenciaram negativamente no resultado da guerra. A acumulação de forças feita pelos comunistas deve denunciar, a todo tempo, a falsidade do “socialismo Baath” como um desvio nacionalista e burguês, que se aproveita da pressão imperialista para imprimir aos trabalhadores um colaboracionismo de classes.

Apontamos, dessa maneira, que o processo hoje em curso representa o ponto de maior derrota para a luta da classe trabalhadora na Síria desde o começo da guerra imperialista. A tendência de disputas territoriais, genocídios e maiores sofrimentos para o povo sírio está dada. Expressamos assim a mais profunda solidariedade internacionalista ao povo sírio, tanto os que ainda estão na Síria quanto os que se refugiaram nos últimos anos de guerra imperialista, reforçando a necessidade de que o Estado brasileiro abra suas portas para o recebimento de quaisquer asilados vindos para o Brasil refugiando-se do fundamentalismo religioso e da destruição promovida pelas potências imperialistas. Expressamos também toda a nossa solidariedade ao Partido Comunista Sírio, com quem estamos em contato, para compreendermos melhor o avanço da luta no país.



Foto: Reuters Amr Abdallah Dalsh

Internacional



Cúpula dos BRICS 2024 em Kazan, na Rússia. Foto: Presidência da República/Divulgação

Após reunião em Kazan, BRICS se expande para disputar posições na cadeia imperialista

A cúpula do BRICS e mais 36 países interessados reuniram-se em Kazan (Rússia), entre 22 e 24 de Outubro, sob o tema “Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos”, para discutir o futuro do bloco subimperialista composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, e mais 5 países que, no começo de 2024, ingressaram na lista de membros plenos: Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e Irã.

Nas discussões, destaca-se a forte referência ao “multilateralismo” como forma de criar uma “sociedade internacional” mais “justa e pacífica”. É a mesma declaração, também, de muitos partidos de esquerda, que apontam o “multilateralismo” e as articulações de países “em desenvolvimento” como caminho para combater o imperialismo.

Porém, as discussões e decisões tomadas tornam evidente que o caminho dos BRICS não é o combate ao imperialismo (que não é mais do que o capitalismo em sua fase monopolista), mas sim a articulação de atores intermediários da cadeia imperialista em busca de melhores posições para suas burguesias e monopólios.

Afinal, o sistema imperialista, que oprime os povos de todo o mundo, não é uma expressão apenas do domínio econômico-militar dos EUA ou da União Europeia sobre os países restantes. O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, é um sistema de relações combinadas e desiguais, interdependentes entre si, que estrutura as relações internacionais, políticas, econômicas e militares de todas as nações a partir da lógica capitalista, da negociação e disputa de mercados, mão de obra e reservas naturais, seja por meios pacíficos ou violentos.

Esse sistema, no início do século, já foi encabeçado e disputado por outras potências que não os

EUA (Inglaterra, Alemanha, França), e que sempre buscaram se apresentar como alternativas mais “democráticas” e “justas” do que as contrapartes no topo da cadeia. Porém, as novas configurações dos países no centro do imperialismo não alteram o caráter profundamente reacionário e opressor desse sistema, que sempre manteve seu pilar essencial: a exploração dos trabalhadores em todo o mundo.

Por isso, apesar de se apresentar como a face “mais justa e democrática” do capitalismo, o BRICS não oferece qualquer resposta aos trabalhadores do mundo, mas serve à burguesia de seus países, aos seus próprios monopólios, que estão também ligados por milhares de laços políticos e econômicos às burguesias dos países no topo da cadeia imperialista e, justamente por isso, jamais vão romper com o sistema de exploração e opressão da classe trabalhadora, nem conceder mais paz. O acirramento da competição entre blocos na lógica imperialista leva, inevitavelmente, ao aumento das guerras e da opressão nacional.

Uma das principais discussões da última cúpula referiu-se ao desenvolvimento de sistemas de pagamento em moedas nacionais, apresentando uma alternativa ao dólar para o câmbio internacional, o que permite maior flexibilidade para que os países mudem de posições na cadeia imperialista e aumentem relações com os países dos BRICS, interessando diretamente aos monopólios do bloco subimperialista, que poderão aumentar sua competitividade internacional e alcançar maiores fontes de lucro (e exploração), especialmente para a Rússia, que durante a guerra interimperialista na Ucrânia foi excluída do principal (e único) sistema de transações financeiras internacionais (SWIFT). No meio dessa discussão, surgiram nas

mãos do presidente Vladimir Putin um “modelo” de “moeda unificada” para os países do BRICS (imagem abaixo).

Apesar de não ter sido apresentada, a proposta de uma moeda única dos BRICS circula entre os países como possibilidade futura para competir com o dólar e promover uma “ordem global multipolar”. Porém, o que se esconde é que sua aprovação significa o abandono da soberania monetária brasileira, o que estabelecerá um controle ainda mais firme da burguesia internacional sobre a economia brasileira e destruiria os resquícios de soberania nacional existentes. Ao contrário de livrar o Brasil do imperialismo, a “moeda única” subordinaria o país, com ainda mais força, aos interesses de outro bloco econômico.

Outra discussão que demonstra claramente o caráter subimperialista dos BRICS foi o convite a novos membros do bloco na categoria de “Estados parceiros”. Ao convidar 13 novos países para integrar o bloco nessa categoria, os BRICS pretendem aumentar sua zona de influência e dar os primeiros passos para um novo ingresso de membros plenos.

Nesse contexto, o governo brasileiro vetou o envio do convite à Venezuela, em razão das recentes tensões entre o governo brasileiro e venezuelano, cuja eleição presidencial não foi ainda reconhecida pelo Brasil, e vem sendo cobrado pelas representações venezuelanas.

O veto brasileiro reflete uma demonstração de força da burguesia brasileira e sua disposição de afastar do bloco países que possam contestar ou ameaçar sua hegemonia na América Latina, região na qual o Brasil é o único país-membro até agora. Dos “Estados parceiros” admitidos, apenas Cuba e Bolívia se encontram no continente.

Essa atitude se insere num contexto de avanço da burguesia contra o governo venezuelano, exigindo maiores cortes de gastos, maiores liberdades para a burguesia reacionária e uma ofensiva contra as conquistas restantes da revolução bolivariana, uma ofensiva que vem desde antes das eleições venezuelanas do ano passado. O veto brasileiro e o não reconhecimento das eleições destaca o papel de nosso governo como cúmplice destas pressões, elevando a tensão entre o governo brasileiro e o venezuelano.

O chanceler venezuelano publicou declaração oficial apresentando a atitude brasileira como “gesto hostil”, sendo respondido de forma dura pela diplomacia brasileira. As tensões e pressões internacionais, é certo, não ajudam em nada os trabalhadores venezuelanos, que estão sendo reprimidos sob Maduro (que cassou registro do Partido Comunista da Venezuela e ameaça com prisões e demissões os trabalhadores mobilizados), mas que também não encontram solução no golpismo da burguesia patrocinada pelos EUA, que não esconde sua intenção de suprimir as conquistas que restaram da revolução bolivariana.

Dessa forma, o BRICS não pode deixar de ser ferramenta de hegemonia regional para a burguesia brasileira, afastando qualquer narrativa sobre a “multipolaridade” ou uma ordem internacional “democrática e justa”. A desigualdade política e econômica das nações é uma lei do capitalismo, decorrente diretamente de sua tendência à concentração e monopolização, e não pode ser combatida por mudanças de posição dentro da cadeia imperialista. Pelo contrário, somente com a conquista do poder e a construção do socialismo-comunismo os trabalhadores poderão libertar-se do imperialismo.

Amazônia

Acordo comercial entre grupo peruano e estatal chinesa no Amazonas desvia debate sobre preservação ambiental

Veículos de imprensa circularam a mensagem equivocada de que a maior reserva de urânio do Brasil teria sido vendida à estatal chinesa, mas não levantaram questionamentos sobre seus possíveis desdobramentos em termos de preservação de desmatamento e exploração de minério

Circulou a informação equivocada de que a maior reserva de urânio do Brasil havia sido vendida a uma estatal chinesa. A circulação errada de informações também não trouxe questionamentos sobre seus possíveis desdobramentos em termos de preservação ambiental, desmatamento e exploração mineral. O acordo em questão é a aquisição da Mineração Taboca, empresa peruana que opera a Mina de Pitinga, no Amazonas, pela estatal chinesa CNMC (China Non-ferrous Metal Mining). A transação, de cerca de 340 milhões de dólares, foi inicialmente divulgada com alarde e imprecisão, desviando o debate do verdadeiro risco representado: a intensificação da mineração predatória e seus impactos sociais e ambientais.

A confusão surgiu devido à presença de pequenas quantidades de urânio na região da Mina de Pitinga, mas a própria Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) esclareceu que a jazida é exclusivamente de estanho. Segundo a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear, minerais nucleares como o urânio podem ser detectados, mas estão presentes em concentrações extremamente baixas, sem relevância para comercialização ou exploração. Além disso, a exploração de urânio no Brasil é monopólio da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme estabelecido pela Consti-

tuição Federal.

É fundamental desfazer o equívoco e retomar o foco no cerne da questão: o que significa a aquisição da Mineração Taboca pela CNMC em termos de preservação ambiental e desenvolvimento econômico? A exploração de estanho, por si só, já representa um desafio histórico para o meio ambiente amazônico. A região, que abriga uma das maiores jazidas de estanho do mundo, tem um longo histórico de impacto ambiental, com desmatamento e contaminação dos rios devido à atividade mineral. A chegada de novos investidores internacionais, sob promessas de modernização tecnológica e expansão da produção, intensifica os riscos já existentes.

Os defensores do acordo comercial argumentam que a aquisição da Mineração Taboca representa uma oportunidade de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. A CNMC, uma das maiores estatais chinesas do setor mineral, apresenta-se como uma potencial catalisadora de avanços na produção de estanho, com promessas de investimentos que modernizariam a infraestrutura da mina e aumentariam sua competitividade no mercado global.

No entanto, a realidade é mais complexa. A mineração na Amazônia, marcada por um histórico predatório, tem causado desmatamento,

contaminação de rios e impactos diretos nas populações locais, como apontam relatórios de organizações ambientais e pesquisas recentes. Relatórios da Repam (Rede Eclesial Pan-Amazônica) e de organizações de defesa ambiental denunciam a contaminação de rios e solos por metais pesados desmatamento extensivo e os danos às populações tradicionais, incluindo comunidades ribeirinhas e indígenas que dependem dos recursos naturais para sobreviver. Entre 2020 e 2022, a mineração na Amazônia teve responsabilidade por recortes de desmatamento, avançando sobre áreas de conservação e territórios protegidos.

A promessa de progresso econômico mascara um modelo extrativista que coloca o lucro acima da vida e respeito aos povos da floresta. A exploração de estanho e outros minerais gera riqueza para grandes conglomerados internacionais, mas os custos ambientais e sociais são inteiramente arcados pelas populações locais. O governo do Amazonas manifestou apoio ao acordo, desde que os investimentos estejam em conformidade com as leis e normas ambientais. No entanto, a história mostra que a fiscalização e o cumprimento das normativas ambientais são frequentemente falhos, abrindo brechas para a intensificação da degradação ambiental.

O equívoco inicial sobre a su-

posta venda da maior reserva de urânio do Brasil não foi acidental. Ao espalhar a falsa narrativa de que uma estatal chinesa estaria adquirindo urânio no Amazonas, setores da imprensa desviaram o foco do real problema: a exploração predatória de recursos minerais na região amazônica. A desinformação serviu para fortalecer posicionamentos contrários à preservação ambiental e à soberania nacional, enquanto legitima a continuidade do modelo econômico extrativista.

De acordo com especialistas consultados, o monopólio da exploração de urânio pela INB é claro e irrefutável. Qualquer atividade de mineração que detecte urânio, mesmo em concentrações baixas, é rigidamente monitorada pela CNEN. A comercialização ou exploração de urânio é vedada a empresas privadas, nacionais ou internacionais. Não há, portanto, base legal para as notícias que alegaram a venda de reservas ricas em urânio.

O falso debate ganhava força, os impactos concretos do acordo entre o grupo peruano e a estatal chinesa passaram quase despercebidos. A expansão da atividade mineral na Mina de Pitinga traz uma série de riscos ambientais, entre eles o aumento do desmatamento, a contaminação dos rios e o agravamento da vulnerabilidade das comunidades locais.

Economia

O teatro e a realidade: o papel de Gabriel Galípolo no Banco Central

No início de dezembro, em votação unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu elevar a taxa básica de juros (Selic) em 1%, atingindo o patamar de 12,25%. É a maior taxa de juro real (taxa de juros descontada a inflação) do mundo. Na mesma reunião do Copom, o comunicado, redigido pelo diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, indica a tendência para as próximas reuniões do Copom em 2025. “Diante de um cenário mais adverso para a convergência da inflação, o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, ajustes de mesma magnitude nas próximas duas reuniões”. A indicação política é clara: em março de 2025, jogar a taxa básica de juros para estratosféricos 14, 25%.

Esse aumento na taxa Selic vai provocar um crescimento na despesa financeira do Estado na ordem de R\$ 50 bilhões. A taxa Selic serve como um indexador de vários títulos da dívida pública. Em linguagem mais simples, ela regula o quanto o Governo Federal vai pagar de juros em diversos títulos da dívida pública.

O aumento da taxa Selic foi com votação unânime. Todos os indicados pelo Governo Lula-Alckmin votaram para elevar a taxa básica de juros e garantir mais bilhões para os rentistas. Gabriel Galípolo, que assumirá a presidência do Banco Central, indicado por Lula, foi um dos defensores dos juros estratosféricos. O petismo, com discurso despolitizado e simulando enfrentamento ao rentismo, passou todo o ano de 2023 personificando o problema só na figura de Roberto Campos Neto, atual presidente do BC, chamando-o de bolsonarista, empregado de banqueiro, sabotador etc. Mas existem diferenças substantivas entre Campos Neto e Gabriel Galípolo? O portal Poder360 formou um quadro comparando as posições de Galípolo e Campos Neto nas reuniões do Copom, ambos concordam no fundamental, sempre apontando a tendência de juros altos e, quando tivemos a única discordância, Gabriel Galípolo defendeu uma taxa de juros mais alta que Campos Neto.

A conclusão é inequívoca: o Banco Central dirigido por Campos

Neto e a equipe econômica do Governo Lula-Alckmin tem o mesmo diagnóstico político e essa convergência se expressa nas votações do Copom e no papel de Gabriel Galípolo, dando todos os sinais possíveis de que o Banco Central continuará atuando como um representante do rentismo, garantindo lucros bilionários para todos os setores da classe dominante.

Mas e a “briga” entre Campos Neto e o Presidente Lula? Não passou de um teatro de mau gosto. Assim que ganhou a eleição de 2022, Lula e Gleisi Hoffmann, presidenta do PT, garantiram que a “autonomia” do Banco Central seria mantida. Em seguida, o Governo Lula-Alckmin nunca atuou para derrubar a “autonomia” do BC, não usou os bancos públicos para reduzir a taxa de juros na economia (fazendo frente à tendência de alta da Selic), nunca usou sua maioria no Conselho Monetário Nacional (composto pelo Presidente do Banco Central e Ministros do Planejamento e Fazenda) para mudar a meta de inflação e pressionar para baixo a taxa de juros e mesmo

com o presidente criticando Campos Neto, o Ministro da Fazenda corria para concordar e reforçar as posições do presidente do Banco Central.

O debate despolitizado do petismo, resumindo o problema ao caráter bolsonarista de Campos Neto, nunca colocou em questão o rentismo como parte intrínseca da reprodução do capitalismo dependente brasileiro na sua fase neoliberal. Nunca fez uma campanha política, mobilização de rua e politização para recuperar o controle público do BC e não se propôs a debater as reais causas da inflação brasileira e como enfrentá-la, aceitando a mentira que aumentar sempre a taxa de juros reduz a inflação. Agora, com Gabriel Galípolo no limiar de assumir a presidência do Banco Central, o discurso despolitizado de que o problema se resume ao presidente bolsonarista, cai por terra. A maioria dos indicados para diretoria do Banco Central, a partir de janeiro de 2025, são frutos de ações do Governo Lula-Alckmin. As condições para um teatro de luta acabaram.

Agronegócio e Clima

Alimentação mais cara prejudica trabalhadores e escancara problemas do agronegócio

O Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo, porém, o brasileiro paga cada vez mais caro pela comida. As famílias mais pobres são as mais prejudicadas. Como efeito, tem aumentado o parcelamento de compras de supermercado, a procura por alimentos durante a “black friday” e a piora na qualidade da alimentação.

Artigos e notícias têm demonstrado que o Índice do Preço de Alimentos e Bebidas (IPAB) ou a Alimentação no Domicílio estão acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos últimos dois meses. Essa tendência também é histórica. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) explicitam que entre 2018 e 2024, o IPCA variou mais 44%, enquanto a alimentação no domicílio cresceu 74%. Segundo estimativas do próprio Banco Central, bem como de outros órgãos de pesquisa, os custos de comida no domicílio podem superar os 7% até o fim do ano. Essa será a maior alta dos últimos dez anos, e pesará mais no bolso dos mais pobres.

Pesquisas feitas pela LCA Consultores e expectativas coletadas pelo Banco Central na Pesquisa Focus, mostram que a inflação de alimentos em domicílio, que começou o ano em 4,1%, já chegou em 6,6%. Este fator faz com que o IPCA previsto de 3% (média de tolerância) chegue a 4,5%. Além disso, a pesquisa demonstra que de 2011 a 2019 a alimentação em domicílio subiu 6,7%. O IPCA é composto por 9 grupos e, dentre eles, está o Índice de Alimentação e Bebidas (IPAB), que, por sua vez, é formado pelo Índice de Preços de Alimentação no Domicílio (IPAD), e pelo Índice de Preços de Alimentação Fora do Domicílio (IPAF). Nestes dois subgrupos, existem altas de 5,1% (IPAD) e 4,1% (IPAF) de janeiro a outubro de 2024. Todos os outros gastos componentes do IPCA não atingem a mesma alta que teve o IPAB. Assim, fica evidenciado que a alimentação em domicílio subiu muito mais que a inflação média entre 2018 e 2024.

Em relação ao preço da carne bovina, que tem a maior participação nos gastos das famílias, já era esperado que o aumento na exportação fosse fator preponderante para o aumento dos preços, uma vez que a produção agropecuária é voltada para atender o mercado mundial. A arroba do boi gordo no varejo foi de R\$200 para R\$300 de setembro para outubro. No atacado, saiu de 7,7% em setembro para 16,9% em outubro, e para dezembro a estimativa é de 26,1%. São aumentos maiores do que era estimado e do que ano passado. De maneira geral, o aumento do IPCA para carnes é muito maior do que foi no último trimestre de 2020, quando estávamos sob os efeitos da pandemia de COVID-19.

Esses aumentos afetam muito mais as famílias com rendimentos mensais mais baixos. Por exemplo, famílias com rendimentos entre R\$1,3 mil e R\$5,2 mil gastam 50,7% dos rendimentos mensais com comida. Entre as famílias que ganham de R\$5,2 mil e

R\$13 mil mensais, os gastos com alimentação são em média de um terço dos rendimentos mensais. Já entre as famílias com rendimentos de R\$13 mil a R\$26 mil, esse número cai para 13,2%. O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, disse para a Agência Brasil que há cinco anos as famílias conseguiam comprar uma cesta básica com 40% do salário. Hoje, de acordo com um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 12 das principais capitais brasileiras essa porcentagem está acima de 50% do salário; em São Paulo chega em 62%.

No primeiro semestre de 2023 houve um alívio, mas não deflação nos preços dos alimentos, o que reforçou o aumento nos níveis de insegurança alimentar, que contribuiu para a diminuição da quantidade e da qualidade adquirida de comida. Esses fatores resultam em uma piora significativa na alimentação da classe trabalhadora brasileira. Com a inflação de alimentos in natura e minimamente processados, a troca por produtos processados e ultraprocessados é estimulada e, por conseguinte, acontece uma piora na qualidade nutricional dos brasileiros. O trabalho de pesquisa do Professor José Giacomo Baccarin, assim como pesquisas do IBGE e outros órgãos, constata que depois de atingir o mínimo em 2024, os índices de insegurança alimentar se agravaram, e não apenas durante o período pandêmico.

Nos últimos 12 meses, o preço da carne bovina aumentou em média 8,33%, o café 29% e o azeite 32%. Isso fez com que os consumidores buscassem alternativas no parcelamento das contas de mercado. O número de compras parceladas em supermercados, hipermercados e atacarejos aumentou no último ano. De acordo com a Getnet, uma das maiores empresas de pagamentos eletrônicos do país, as compras parceladas no varejo aumentaram de 6,2% para 7,4%. Além disso, a Associação Brasileira de Supermercados (Abrás) afirma que cerca de 30% dos consumidores que parcelam suas compras nos cartões das lojas estão inadimplentes. O parcelamento da compra de alimentos acaba sendo um tiro no pé do trabalhador, já que gastos com alimentação são recorrentes, ocasionando um acúmulo de parcelas que sobrecarregam o orçamento familiar.

Como o gasto com alimentação passou a ocupar uma parcela maior da renda, uma outra estratégia foi começar a aproveitar a Black Friday para conseguir comprar alimentos e outros itens básicos. Os alimentos empacotados com os eletrônicos e roupas nas intenções de compra, e muitos consumidores relatam que pretendem comprar produtos que possam ficar

armazenados. É uma postura preocupante, já que a instabilidade nos preços dos alimentos faz com que os trabalhadores acabem se endividando. Alimentos e produtos de higiene são produtos de uso recorrente e imprescindíveis para uma vida minimamente digna. No entanto, a evidência dessa condição não apresenta relevância suficiente para que os respectivos mercados não aumentem suas taxas de lucro de forma criminosa.

Mariana Costa, jornalista do portal O Joio e O Trigo, aponta que política cambial, primarização do comércio exterior, desindustrialização, saldo da balança comercial e concentração de terra e mercado de commodities são fatores preponderantes para o aumento dos preços dos alimentos e a disponibilidade de alimentos no Brasil. Além disso, as políticas neoliberais recolocaram o país na posição subalternizada de exportador de produtos primários. Nesse caso, não é apenas a política externa, mas a política interna e como a burguesia brasileira determina a relação do país com o mundo. Os preços internos dos produtos das cadeias com alta exportação ou importação foram influenciados pela permanência de

preços externos em nível alto.

O trabalho do grupo de pesquisa coordenado pelo Professor José Giacomo Baccarin demonstra que de 2007 até 2022, o agronegócio exportador brasileiro pratica aqui os mesmos preços que pratica lá fora. Isso, mais a diminuição do poder de compra da classe trabalhadora, faz com que o acesso a alimentos in natura e minimamente processados seja muito mais restrito em território nacional. Não por coincidência, todos os tipos de alimentos tiveram altas significativas em seus preços, com exceção de óleos, margarina e embutidos em geral. Portanto, é nítido como a burguesia do agronegócio brasileiro opera: pega empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para comprar maquinário, recebe somas obscenas com o plano Safra, não paga impostos para exportar produtos in natura, e maximiza externa e internamente seus lucros. Enquanto isso, a classe trabalhadora se endivida para comprar alimentos ultraprocessados, cujos números de doenças decorrentes do consumo prolongado aumentam assustadoramente.



Ilustração: Caetano Bellão

Segurança Pública



Ato contra a violência policial em São Paulo, após inúmeras notícias de mortes violentas de jovens circularem, escancarando a brutalidade policial no Brasil. Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Mortes por intervenção policial são apontadas como segunda maior causa de mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil

As mortes em decorrência de intervenção policial foram a segunda maior causa de mortes violentas intencionais entre crianças e adolescentes, de 10 a 19 anos, no país. Das 15.101 vítimas durante o período analisado, 90% são meninos e 82,9% são negros.

Segundo relatório recente, produzido pela UNICEF em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2021 e 2023 as mortes em decorrência de intervenção policial (MDIP) foram a segunda maior causa de mortes violentas intencionais (MVI) entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos no país. O relatório também aponta raça e gênero como principais marcadores sociais para a violência. Do total de vítimas de MVI, 16% foram assassinadas em decorrência de ação das forças policiais do Estado e destas 90% são meninos e 82,9% são negros.

A faixa etária mais afetada se concentra entre os anos finais da adolescência, considerada entre 15 e 19 anos, com 13.829 vítimas de MVI, ou seja, 91,6% do total de casos registrados. Em comparação, a taxa de letalidade provocada pelas polícias contra maiores de 19 anos é apontada como de 2,8 mortes por 100

mil, enquanto entre a faixa etária de 15 a 19 anos o mesmo índice cresce 113,9%, apresentando uma taxa de 6,0 mortes provocadas pelas forças policiais por 100 mil habitantes.

Os índices de letalidade e violência racista por policiais são desproporcionais contra adolescentes negros do sexo masculino em relação às demais parcelas da população. Em números relativos, o risco de um adolescente negro, do sexo masculino, de até 19 anos ser assassinado é 4,4 vezes superior que um adolescente branco da mesma idade, e 21 vezes superior ao risco de uma adolescente branca. Esses dados se somam ao crescimento de 188,9% no número de mortes por intervenção policial na última década, com 83% das vítimas sendo pessoas negras.

A divulgação desses dados explicita um cenário contínuo de repressão e violência policial por todo

o país, e este foi o principal tópico debatido durante a Marcha das Periferias – evento realizado anualmente em novembro –, em que o tema foi “Periferia Livre: Políticas Para a Vida e Não Para a Morte”. A população brasileira se mobilizou em diversas localidades para denunciar e protestar contra as práticas criminosas cometidas por agentes policiais, além de reivindicar uma segurança pública popular.

O argumento de que este problema vem do despreparo dos agentes policiais desconsidera o nítido padrão de tratamento quando envolve pessoas pretas e periféricas, que difere completamente do tratamento direcionado às pessoas brancas, em todas as regiões do país. Essa questão tem sua origem na falta de políticas nacionais verdadeiramente pensadas para a segurança das amplas massas trabalhadoras, além de ser também uma herança

cultural escravocrata de dominação e manutenção da ordem burguesa. A simples implementação de câmeras nos uniformes ou a própria profusão de registros em vídeo de abusos por policiais não resolverão este problema, ainda que ajudem a mitigar ou, ao menos, trazer visibilidade para a violência policial.

Soluções reformistas não serão suficientes para enfrentar um problema que é antigo e estrutural na sociedade brasileira, e a violência policial só será combatida efetivamente por meio de mudanças profundas. Portanto, é fundamental a luta pela desmilitarização e desfinanciamento das polícias, além do enfrentamento às políticas de encarceramento e criminalização que contribuem para a marginalização de jovens negros periféricos e colocam em risco milhares de vidas inocentes.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

